

O seminário “Luta pelo reconhecimento e pela regulação do trabalho do ACS no contexto nacional e da legislação vigente”: qualificando trabalhadores do SUS

O conceito de qualificação, como aponta Ramos(2002), é polissêmico, podendo, portanto, ser apropriado para diferentes fins. Entretanto, quando entendido em uma perspectiva histórica pode trazer contribuições importantes para se refletir sobre a organização e os processos de trabalho contemporâneos.

Como nos aponta Machado(1996) este conceito exige contextualização histórica, já que as capacidades de trabalho são sempre determinadas historicamente, enquanto parte de um processo objetivo de relações sociais de produção e só se realizam quando também materializam estas relações.

Assim, pensar a qualificação dos trabalhadores implica em desvelar o processo e o produto decorrente da relação social que o próprio trabalho engendra que decorre, por um lado, da relação e das negociações tensas entre capital e trabalho e, por outro, de fatores socioculturais que influenciam o julgamento e a classificação que a sociedade faz sobre os empregos, os indivíduos e suas capacidades. (Machado, 1996; Ramos, 2002).

É preciso considerar a situação de trabalho como “(...)o lugar de convergência de uma regulação ‘ideal’ do processo de produção e das tendências que o desestabilizam e também como lugar de encontro de atores sociais, que trazem consigo suas experiências e põem em jogo suas orientações contingentes. Isto requer (...) a análise das formas de organização social do trabalho, da construção de redes de intercâmbio e de circulação de saberes, da capacidade dos indivíduos de construir uma linguagem, formas de comportamento, relações de negociação, de aliança e de enfrentamento com respeito às incertezas técnicas e organizativas vividas na situação de trabalho, ou seja, da própria construção social de um sujeito coletivo” (Machado, 1996:36). Assim, a qualificação dependeria “(...) de condições objetivas e da disposição subjetiva, através da qual os trabalhadores, como sujeitos ativos, constroem e reconstroem sua profissionalidade, na luta pelo seu reconhecimento, na efetivação de seu poder” (Machado, 1996:36).

Evidentemente, este processo não pode ser compreendido como unicamente ligado a um movimento de formação seja ela escolarizada ou não. É neste sentido que a Escola Politécnica Joaquim Venâncio (EPSJV)/FIOCRUZ, comprometida com a qualificação dos trabalhadores técnicos do SUS e, mais especificamente, dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS) organizou, juntamente com a Associação Municipal de Agentes Comunitários de Saúde do Rio de Janeiro (AMACS), o Seminário “Luta pelo reconhecimento e pela regulação do trabalho do ACS no contexto nacional e da legislação vigente” com o objetivo de contribuir para a elaboração de estratégias de fortalecimento do movimento dos ACS do município do Rio de Janeiro (RJ) por meio da discussão sobre a organização nacional da categoria, o processo de regulamentação da profissão e a legislação vigente.

A proposta do Seminário emergiu após um encontro entre os ACS do município do Rio de Janeiro e o atual sub-secretário de atenção primária, promoção e vigilância à saúde, Daniel Soranz, sediado no auditório da EPSJV. Envolvidos na discussão sobre a qualificação destes trabalhadores, assim como na elaboração e docência do Curso Técnico de ACS oferecido pela EPSJV, vários profissionais da escola e parte de sua direção, participaram como ouvintes desse encontro, onde a Secretaria Municipal de Saúde se posicionou em relação à organização do trabalho, à forma de vinculação e ao salário dos ACS, entre outras questões formuladas pelos agentes. Estes profissionais da EPSJV,

posteriormente conversaram sobre a dinâmica do encontro com os representantes da AMACS e sobre as diversas dificuldades que a associação tinha para conhecer e discutir com sua base de trabalhadores as diferentes situações de trabalho que vivem os ACS em todo o município. Esta conversa apontou para uma conclusão conjunta dos representantes da AMACS e dos profissionais da EPSJV: a importância de criação de espaços para ampliação da formação política dos ACS e apropriação da legislação vigente para a regulamentação do trabalho do agente comunitário de saúde. Chegou-se a proposta, então, de organização de um evento que permitisse o avanço em relação a estas questões, o que se tornou um objetivo comum da AMACS e da EPSJV.

O processo de organização do seminário foi extremamente enriquecedor para todos os participantes. Em várias reuniões, professores do curso técnico de ACS, a direção da escola e os membros da AMACS discutiram desde o financiamento e o tema do Seminário até os pequenos detalhes relativos à recepção e credenciamento dos trabalhadores participantes, passando pela programação, pela organização dos grupos de discussão e a postura dos debatedores e relatores nestes grupos. Evidentemente, todo este movimento foi atravessado por uma discussão interna da escola sobre qual seria o seu papel neste processo no sentido de impulsionar a questão da qualificação dos Agentes Comunitários de Saúde. Acreditamos também que os membros da AMACS também puderam amadurecer sua discussão sobre a função e as estratégias da Associação em relação à pauta do movimento dos ACS. As questões mais amplas sobre o setor saúde no Brasil e o movimento dos trabalhadores em geral também apareceram, mas ainda de forma incipiente.

O ponto fundamental da organização envolvia a mobilização dos agentes para o evento. Foi combinado que cada módulo de Saúde da Família e de PACS enviaria dois representantes para participarem do Seminário e neste sentido, os membros da AMACS se dividiram para visitar os diversos módulos, conversar com os ACS e demandar a representação para o Seminário. Este processo, embora tenha sido extremamente importante para a AMACS, que pôde se aproximar mais de sua base, não se desenvolveu como o desejado e muitos dos agentes presentes no evento acabaram indo por indicação dos enfermeiros das equipes e não por um processo protagonizado pelos próprios agentes.

O seminário que contou com a participação de 153 ACS de todas as áreas programáticas do município do Rio de Janeiro, ocorreu nos dias 24 de outubro e 14 de novembro do ano de 2009. Foram realizadas mesas-redondas e grupos de trabalho. As mesas redondas abordaram os temas: a transformação do trabalho no capitalismo contemporâneo, o histórico do processo de luta dos ACS, o movimento dos ACS no município do Rio de Janeiro, a regulamentação/legalização do trabalho do ACS e situação neste município. Os grupos de trabalho visavam aprofundar os temas das mesas, conhecer melhor a situação dos agentes nas diversas regiões da cidade e pensar sua organização. Cada grupo foi coordenado por um membro da diretoria da AMACS e dois relatores – profissionais voluntários da EPSJV e de fora dela que desenvolvem ações e/ou pesquisas no campo da Estratégia de Saúde da Família. As discussões que emergiram a partir de um roteiro pré-elaborado que tinha como foco as relações/condições de trabalho dos agentes no Rio de Janeiro e a organização política destes trabalhadores foram registradas e organizadas em relatórios que, posteriormente, foram sintetizados para apresentação e discussão no segundo dia do Seminário.

A partir da consolidação dos dez relatórios dos grupos de trabalho foi elaborada uma síntese da situação dos ACS no município do Rio de Janeiro apresentada no dia 14 de novembro de 2009. Vale dizer que o primeiro dia de trabalho mobilizou intensamente seus

participantes, de maneira que mesmo os agentes que estavam ali a mando da enfermagem se inseriram nas discussões e se comprometeram em ampliá-las no interior de suas equipes. No segundo dia de trabalho foi construído um documento sobre as condições de trabalho dos ACS e um levantamento de suas principais dúvidas sobre questões trabalhistas e a legislação vigente no que tange a formação e a contratação dos agentes. Esteve presente neste dia o Coordenador da Estratégia Saúde da Família da Secretaria Municipal de Saúde e Defesa Civil do Rio de Janeiro que debateu com assessora jurídica da Confederação Nacional dos ACS (CONACS) sobre as formas de vinculação dos agentes ao município e as diferentes questões em relação à terceirização e aos direitos trabalhistas destes trabalhadores.

Todo o processo desde a organização e coordenação até a avaliação conjunta EPSJV/AMACS foi considerado de fundamental importância no sentido da qualificação dos ACS do Rio de Janeiro. Além de propiciar uma troca mais efetiva entre a AMACS e CONACS e levantar as principais questões vividas pelos trabalhadores nas diversas regiões do Rio de Janeiro, o seminário permitiu a articulação dos trabalhadores e uma importante troca de experiências favorecendo não só o fortalecimento da luta da categoria, como também o processo de construção de sua profissionalidade. Entre os efeitos mais imediatos do Seminário pode-se colocar o grande aumento de associados da AMACS e o movimento disparado para a constituição de um sindicato da categoria.

Bibliografia:

Machado L. "Qualificação do Trabalho e relações sociais" In: Fidalgo, Fernando Selmar (org.) Gestão do Trabalho e Formação do Trabalhador. Belo Horizonte: Movimento de Cultura Marxista, 1996.

Ramos, M. A pedagogia das competências: Autonomia ou adaptação? São Paulo: Cortez, 2002.

Palavras-chave: qualificação, ACS, associação de trabalhadores